GAZETA MERCANTIL 28 MAR 2001

Planalto recorre à ofensiva jurídica

Requerimento da CPI ganhou apoio de Waldeck Ornélas, Paulo Souto e José de Alencar

João Domingos
de Brasília

Com a adesão de parte da bancada baiana fiel ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar a ocorrência de corrupção no governo, o Palácio do Planalto deu início a mais uma contra-ofensiva para impedir que as investigações comecem. Desde ontem a assessoria jurídica do Senado e a Advocacia-Geral da União (AGU) preparam estudos para provar que uma CPI tão ampla é completamente inconstitucional.

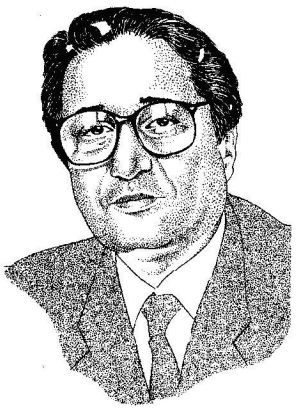
Na hipótese de as oposições, aliadas ao senador Antonio Carlos Magalhães e ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), conseguirem o número de assinaturas necessário para a abertura da CPI, a tática do combate pelo lado do governo já está riscada no papel.

Caberá ao senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, recurso à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na tentativa de provar que a CPI não objetiva a investigação de nenhum fato concreto.

"Ninguém está propondo uma CPI; estão querendo mesmo é uma devassa e isso é proibido na Inglaterra desde o século XVIII e no Brasil desde dom João VI (séc. XIX)", diz Arruda. Para ele, o maior exemplo de que a CPI não tem objetivos concretos está nos 22 itens que se propõe a investigar.

Muitos, segundo o líder do governo no Senado, não têm conexão entre si e, no caso da suspeita de fraude por parte de Jader Barbalho em operações do Banco do Estado do Pará (Banpará), trata-se de um caso estadual, que não poderia ser investigado por uma CPI federal.

Mesmo com todo o preparo para a eventualidade de instalação da CPI, o governo teve ontem um dia mais tranqüilo do que os da semana passada. E isso apesar de os defensores da CPI terem chegado à 25ª assinatura, com a adesão de Paulo Souto (PFL-BA) e do ex-ministro da Previdência Waldeck Ornélas, apadrinhado de Antonio Carlos Magalhães que o presidente Fernando Henrique considerava excepcional para a função.



Waldeck Ornélas

Mas Waldeck Ornélas acabou sendo demitido no pacote da retaliação contra Antonio Carlos, que, logo depois da eleição de Jader Barbalho para a presidência do Senado, desandou a fazer denúncias de corrupção no governo.

No pacote, foi demitido também Rodolpho Tourinho, que ocupava o cargo de ministro de Minas e Energia. Na seqüência, outros protegidos de Antonio Carlos Magalhães perderam o emprego no governo, a exemplo de Clésio Andrade, ex-superintendente do INSS.

Outro que assinou ontem o requerimento da CPI foi o senador José de Alencar (PMDB-MG). Na quinta-feira passada ele havia enviado uma carta ao líder do partido, Renan Calheiros (AL), na qual comunicava que iria assinar o documento pró-CPI. Calheiros chegou a levar o caso de Alencar ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Este telefonou ao senador e pediu que não assinasse nada. Alencar recusou-se a atender o presidente. Ele é ligado ao governador de Minas, Itamar Franco, também do PMDB.

Com 25 assinaturas, faltam ainda duas para que se completem as 27 necessárias à instalação da CPI no Senado. Na Câmara, são exigidas 171. Se não forem conseguidas por lá, o líder das oposições no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), diz que porá que as investigações fiquem restritas aos senadores. Nesse caso, teria de buscar novas assinaturas, pois o requerimento que está correndo de mão em mão trata de uma comissão mista.

Para Renan Calheiros, é possível que no PMDB o número de senadores favoráveis à abertura da CPI não cresça. Ele diz que não detectou nenhuma novidade nos últimos dias. Segundo Renan, a assinatura de José de Alencar nem é novidade, pois estava prometida desde a semana passada. Portanto, por questões regionais ou pendengas pessoais e partidárias, alguns senadores optaram pelo apoio à CPI.

José Fogaça (PMDB-RS), que assinou o requerimento, diz que foi procurado por Fernando Henrique, mas já não tinha como voltar atrás. Ele disse que afirmou ao presidente que aderiu ao movimento pró-CPI por causa de um dos itens. Acha, por exemplo, que os referentes a Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República, já foram investigados. Mas, adversário de Jader Barbalho, quer que as suspeitas de envolvimento do senador nas irregularidades no Banpará sejam apuradas.

Maguito Vilela (PMDB-GO) assinou o requerimento das oposições por causa de Jader Barbalho. Maguito é o vice-presidente do partido. Segundo acordo feito quando Jader foi escolhido candidato da legenda à presidência do Senado, o senador paraense renunciaria à presidência do PMDB para dar a vaga a Maguito. Ocorre que Jader adia a decisão todo dia. Aparentemente, ele pretende ficar na presidência até setembro, quando haverá a convenção nacional do partido.

O candidato à sua sucessão é o deputado Michel Temer (PMDB-SP), do mesmo grupo de Jader. Maguito pertence a outra facção. Se assumir a presidência do partido, poderá ter tempo suficiente para pleitear a reeleição. Levaria, com isso, o PMDB a ficar mais próximo de Itamar Franco e de uma candidatura própria à Presidência da República no ano que vem.